



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

ENSINO POLICIAL: QUAL O PAPEL DAS ATIVIDADES DE LEITURA NA FORMAÇÃO POLICIAL?

Márcia Cristiane Nunes-Scardueli

Doutora em Ciências da Linguagem

Professora da ACADEPOL/SC e da Universidade do Sul de Santa Catarina

nunes.marcia.cristiane@gmail.com



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

RESUMO

O presente artigo aborda a concepção de professores do ensino policial sobre a relevância da atividade de leitura no período de formação de policiais civis, a fim de analisar a compreensão de docentes da Academia da Polícia Civil de Santa Catarina (ACADEPOL/SC) sobre a atribuição de atividades de leitura. Trata-se de estudo quali quantitativo em que a coleta de dados foi realizada com doze professores, por meio da aplicação de um questionário semi-estruturado. A análise dos dados coletados permitiu identificar que, apesar de os professores participantes da pesquisa compartilharem da opinião sobre a importância da atribuição de leitura específica a respeito das temáticas abordadas em suas disciplinas, o emprego desse tipo de atividade é limitado, face à carga horária reduzida. A pesquisa também apontou que os professores investigados demonstraram compreender e acreditar no importante papel da leitura no processo de formação de policiais civis catarinenses.

Palavras-chave: leitura. formação. ACADEPOL.



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

POLICE TEACHING: WHAT IS THE ROLE OF READING ACTIVITIES IN POLICE TRAINING?

ABSTRACT

This article deals with the conception of the police teaching teacher about the relevance of the reading activity during the training period of the civil police. Data collection was carried out with twelve teachers of the Civil Police Academy of Santa Catarina, through the application of a questionnaire. The analysis of the collected data allowed to identify that, although the teachers participating in the research share the opinion about the importance of the attribution of specific reading regarding the topics addressed in their subjects, the use of this type of activity is limited, given the reduced workload. The research also pointed out that the teachers investigated demonstrated to understand and believe in the important role of reading in the process of training the civil police in Santa Catarina.

Keywords: *reading. training. ACADEPOL.*



1 INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a atribuição de atividades de leitura aos policiais civis em formação no curso de Formação Inicial, da Academia da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina (ACADEPOL/SC), à turma que ingressou na instituição, no ano de 2010, em disciplinas relacionadas às áreas de Ciências Sociais Aplicáveis.

A proposta da pesquisa foi investigar a percepção de professores e professoras que ministraram aulas nesse curso de formação inicial sobre a necessidade de aplicação de leituras específicas sobre as temáticas abordadas em suas disciplinas, como uma atividade que pudesse contribuir na construção da identidade do/a Policial Civil que está em período de formação, bem como que pudesse aprimorar o próprio processo de formação desse policial.

Nesse sentido, o problema de pesquisa formulado para este estudo foi: *Qual a compreensão de professores/as da ACADEPOL/SC sobre a atribuição de leituras durante as disciplinas do curso de formação policial civil catarinense?* Nesse passo, o objetivo geral da pesquisa foi “analisar a compreensão de professores/as da ACADEPOL/SC sobre a atribuição de leituras específicas nas disciplinas do curso de formação policial”.

No que tange à metodologia adotada para a realização da pesquisa, esta foi delineada no modelo de pesquisa qualitativa exploratória, que segundo Gil (2007), envolve entrevistas com pessoas que têm experiências práticas com o problema pesquisado.

No que se refere à entrada de campo, pretendeu-se, por meio de entrevista (com aplicação de questionário de perguntas semi-estruturadas) com Professores/as de seis disciplinas teóricas da ACADEPOL/SC, verificar *como* eles/elas concebem a atribuição de leitura nos cursos de formação inicial da carreira policial civil.



2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O PAPEL DA LEITURA

A leitura foi definida por Leonor Scliar-Cabral (2003) como um processo. Para a autora, entenderemos um determinado texto, desde que tenhamos algum conhecimento prévio sobre o assunto abordado e se conseguirmos estabelecer uma rede de sentidos sobre ele.

Nesse viés, a leitura pode ser entendida como uma atividade interacional, como dito por Luciano Oliveira (2010), uma vez que as pessoas, pela leitura, constroem conhecimentos que vão além dos linguísticos e podem ser também enciclopédicos ou textuais. Por conhecimentos enciclopédicos, entendem-se os que tratam do mundo (culturais, do senso comum, conhecimentos específicos, etc); quanto a conhecimentos textuais, entendem-se os relacionados à textualidade, aos tipos e gêneros textuais (JUNG, 2010).

O desenvolvimento científico e tecnológico da sociedade contemporânea tem fortalecido a ideia de que, cada vez mais, a leitura é imprescindível para a inserção social das pessoas que, através dessa habilidade (a leitura) terão acesso a informações e a novos e fundamentais conhecimentos que os permitam interagir, de forma mais consciente, em qualquer cenário social onde circulem.

Segundo Silva (*apud* SANTA ROSA, 2005), a leitura é um ato de conhecimento, pois ler significa perceber e compreender as relações existentes no mundo. Assim, a leitura pode ser definida como um ato individual que, apesar de ser iniciada pela decodificação de signos linguísticos que compõem a linguagem escrita convencional, não se restringe a eles, visto que “a leitura exige do sujeito leitor a capacidade de interação com o mundo que o cerca” (SANDRONI; MACHADO, 1998, p. 22).

José Orta Nunes (1994, p. 14) também define a leitura como uma atividade individual e social. Segundo o autor, “é individual porque nela se manifestam particularidades do leitor: suas características intelectuais, memória, sua história; é social porque está sujeita às convenções linguísticas, ao contexto social, à política”. Assim, percebe-se que ler é atribuir sentido ao texto, relacionando-o com o contexto e com as experiências prévias do leitor.



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

Em face do exposto, torna-se importante refletir sobre o papel da leitura no processo de formação de policiais civis, visto que, pela tripla dimensão da leitura, a saber: meio para distração, instrumento para aprendizagem e objeto do conhecimento (JUNG, 2010), permitir-se-á a construção da identidade do/a policial, especialmente pela dimensão do *objeto do conhecimento*. Ou seja, é também, por intermédio da leitura especializada da área policial que cidadãs e cidadãos comuns poderão se apropriar de conceitos relacionados à área policial e, aos poucos, fortalecer, junto com o conhecimento adquirido nas disciplinas práticas ministradas nos cursos de formação, o conceito de *ser policial*.

Segundo Valdemarina Bidone de Souza (2005, p. 137), “a identidade profissional não se forja só no orgulho, nos cursos de formação e no desejo de pertencer à organização policial”, mas também num compromisso maior que inclui a reaprendizagem constante e a renovação crítica, que exigem reflexões sobre os processos formativos.

As ações formativas, iniciais e continuadas, dos/as profissionais da área da segurança pública no Brasil – Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, etc., têm se pautado nas orientações contidas na Matriz Curricular Nacional, que se preocupou em propor um currículo que reunisse as dimensões contextual, política e técnico-metodológica, estimulando o desenvolvimento das competências profissionais necessárias à atuação policial contemporânea.

A Matriz Curricular Nacional opera, então, como um referencial teórico-metodológico do processo de formação policial, organizada em três grupos de princípios que fundamentam as ações formativas que são: princípios éticos, educacionais e didático-pedagógicos. No que tange aos princípios éticos, há uma preocupação com a compatibilidade entre direitos humanos, eficiência policial, compreensão e valorização das diferenças, enfatizando o respeito à pessoa e à justiça social. Os princípios educacionais estão relacionados à flexibilidade, diversificação, abrangência, qualidade e à atualização permanente dos saberes. Já os princípios didático-pedagógicos se ocupam da valorização do conhecimento anterior, da universalidade dos saberes, da interdisciplinaridade, transversalidade e da reconstrução democrática do conhecimento (BRASIL, 2014).



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

Quatro eixos articuladores de conteúdos são propostos na Matriz Curricular Nacional, para serem aplicados nas disciplinas de formação policial. Esses eixos têm caráter transversal, definidos por sua pertinência nas questões sobre segurança pública e por envolverem problemáticas sociais de abrangência nacional. Eles devem permear os objetivos, conteúdos e orientações didático-pedagógicas de diferentes disciplinas e, pelo caráter articulador, têm o propósito de conduzir à reflexão sobre os papéis individuais, sociais, históricos e políticos dos/as profissionais e das instituições de segurança pública (BRASIL, 2014).

Os quatro eixos temáticos propostos pela Matriz Curricular Nacional são: a) Sujeito e Interações no Contexto da Segurança Pública; b) Sociedade, Poder, Estado e Espaço Público e Segurança Pública; c) Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública; e, d) Diversidade Étnico-sociocultural, Conflitos e Segurança Pública. Esses eixos propõem o desenvolvimento pessoal e a conduta moral e ética, estimulando o questionamento reflexivo sobre as práticas profissionais e institucionais no contexto social e político em que elas se dão (BRASIL, 2014).

A partir dos eixos norteadores, a Matriz Curricular Nacional da formação em Segurança Pública elencou oito áreas temáticas destinadas a acolher um conjunto de conhecimentos indispensáveis à formação do profissional da área de segurança pública e sua capacitação para o exercício da função. Essas áreas temáticas são: a) Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública; b) Violência, Crime e Controle Social; c) Conhecimentos Jurídicos; d) Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos; e) Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador; f) Comunicação, Informação e Tecnologia em Segurança Pública; g) Cultura, cotidiano e prática reflexiva; e, h) Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública (BRASIL, 2014).

De acordo com Souza (2005), a formação policial proposta pela Matriz Curricular Nacional para a Formação em Segurança Pública valoriza a utilização crítica e criativa dos conhecimentos e não o acúmulo de informações.

Segundo Ana Claudia Ribeiro e Daniel Garcia (2009), a leitura tem influência, não só na vida particular das pessoas, mas, especialmente, no seu campo profissional. Assim, o/a profissional de excelência, de qualquer área, precisa também ser um leitor ativo e conhecer a



literatura básica do seu campo de atuação, através de textos científicos diversos. Do futuro profissional, além dos atributos específicos da sua profissão, espera-se também o domínio de técnicas de leitura (RIBEIRO; GARCIA, 2009), que o permitam realizar tarefas metacognitivas, relacionadas à leitura, que contribuam para a sua profissão. Nesse sentido, entende-se que a leitura como objeto do conhecimento precisa ser assumida, principalmente, nos cursos de formação profissional, e, no caso aqui estudado, nos cursos de formação policial.

Para Carla Silva, Viviane Andrade e Denise Euclides (2007), a transmissão do saber tem ocorrido nas instituições escolares, muito comumente, de forma assemelhada à transmissão da tradição e da autoridade. Ou seja, quem tem autoridade para tal (professores e professoras nesse caso) escolhe o saber que parece útil e necessário aos grupos em formação, inibindo assim, a participação do sujeito em processo de formação de atuar nessa construção do saber, impondo, naturalmente, uma única interpretação do fato, mesmo que haja outras.

Nesse sentido, refletir sobre a atribuição de atividades de leitura aos policiais em processo de formação pode ser relevante, visto que os conteúdos curriculares atuam como meios para o desenvolvimento de capacidades, de forma que o/a profissional possa ser sujeito da sua própria formação, efetivada, também, pelo viés da leitura.

2.2 CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO

Para a presente pesquisa, a coleta de dados deu-se por meio da aplicação de um questionário, que seguiu orientações propostas por Fábio Rauen (2002). No cabeçalho do questionário, identificou-se que o propósito da pesquisa seria analisar a compreensão de professores/as da ACADEPOL/SC sobre a atribuição de atividades de leituras específicas, durante o período do curso de formação inicial de policiais civis catarinenses.

A coleta de dados foi realizada com professores/as das disciplinas de: *Fundamentos da Polícia Comunitária, Abordagem Sócio-Psicológica da violência e do crime, Relações interétnicas e sociais no modelo policial, Direitos Humanos, Legislação Especial e Mediação de Conflitos*, que foram selecionadas dentre as disciplinas da matriz curricular do curso de formação policial inicial, por serem disciplinas que denotam (em função das temáticas abordadas) a



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

necessidade de uma carga teórica expressiva e sugerem uma ementa voltada a uma formação policial mais humanística, no ponto de vista desta pesquisadora.

O questionário aplicado continha onze (11) perguntas (abertas, fechadas e mistas) que abordavam a formação acadêmica do/as docentes, a carga horária das disciplinas, a recepção da temática da disciplina pelos alunos e alunas do curso de formação policial inicial, a atribuição de atividades de leituras regulares e suplementares para aprofundamento da temática e a compreensão dos professores e professoras sobre a importância da atividade de leitura para o bom andamento da disciplina.

A aplicação do questionário ocorreu no entre agosto e setembro de 2011, por correio eletrônico, aos dezesseis (16) professores/as que ministram as disciplinas elencadas anteriormente, na Academia da Polícia Civil de Santa Catarina – ACADEPOL. Desse total, 12 professores atenderam ao chamado da pesquisa, respondendo ao questionário, o que implica 75% da amostra coletada.

A ACADEPOL está localizada na cidade de Florianópolis e seu corpo docente é formado por policiais civis, com formação acadêmica na área da disciplina que ministram. A seleção dos professores/as é realizada por edital próprio que se dá a cada período letivo, ou seja, a cada vez que um concurso público para ingresso na carreira policial é realizado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado.

Conforme Luiz Henrique Malheiros de Mello (2011), as instalações físicas da ACADEPOL compreendem vários prédios, entre eles a administração, onde existe a secretaria, a coordenação pedagógica, sala dos professores, o departamento jurídico, o setor de informática, a sala da direção, entre outras. O espaço comporta, ainda, biblioteca, ginásio de esportes, oito salas de aula (todas com data-show, ar condicionado, computador e internet), três laboratórios de informática (com vinte computadores cada um), campo de futebol e seis módulos para alojamentos de policiais.

Toda a estrutura da ACADEPOL é destinada à formação de profissionais que ingressam na Polícia Civil do Estado de Santa Catarina. Os sujeitos aprovados em concurso serão submetidos a um processo de formação que visa à formação e qualificação de policiais para que



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

desenvolvam suas futuras atividades profissionais dentro da perspectiva esperada, ou seja, de contribuição para a qualidade de vida, para a cidadania e a construção da cultura de paz na sociedade brasileira e catarinense.

O atual quadro de professores da ACADEPOL é composto de 196 docentes. Desse total, 29 são mulheres e 167 são homens e em número expressivo, da carreira de delegados/as de polícia. Esses docentes são Policiais Cíveis em Santa Catarina, com lotação funcional em unidades policiais espalhadas por todo o Estado, além de servidores públicos (peritos, médico legistas, auxiliares criminalísticos) do Instituto Geral de Perícias de Santa Catarina – IGP/SC.

De acordo com Malheiros de Mello (2011), um levantamento do perfil dos professores da ACADEPOL, realizado em 2010, apontou que entre 103 professores da época, havia um (1) doutor, dois (2) doutorandos, onze (11) mestres, dois (2) mestrandos, quarenta e quatro (44) especialistas, vinte e dois (22) cursando especialização, quatorze (14) com curso superior concluído e seis (7) cursando algum curso superior. Na atualidade, provavelmente esse quadro do perfil docente já seja outro, considerando a inclusão de outros professores e a conclusão dos cursos daqueles que permaneceram.

Todos os professores, depois de selecionados pelo setor pedagógico da ACADEPOL, são designados para o exercício do magistério na Academia da Polícia Civil, através de publicação em portaria própria do Diário Oficial do Estado. O edital de convocação para a formação do corpo docente da formação de 2016 definiu como critérios seletivos a análise dos currículos como prova de títulos, uma prova escrita de conteúdo didático e uma prova de prática docente.

Importante ressaltar que qualificação docente é essencial para a melhoria na qualidade de ensino, que não depende apenas das mudanças curriculares e estruturais das instituições, mas principalmente, da atuação séria, dedicada e comprometida dos professores/as. Mais que repassar conteúdos, docentes qualificados e titulados podem ser os principais agentes de mudança no ensino, pautada no compromisso com a qualidade da formação policial.

A formação policial realizada na ACADEPOL é requisito necessário para ingresso na função policial. A grade de disciplinas ministradas na ACADEPOL segue as orientações da



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

Matriz Curricular Nacional, proposta pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP. Para efeitos deste trabalho, o período de formação policial tomado por referência foi o do ano de 2010, em que a carga horária geral do curso foi de 960 horas/aula, para a carreira de Agentes de Polícia, distribuídas em 35 disciplinas¹.

2.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos dados coletados com a aplicação dos questionários aos professores e professoras da ACADEPOL que atenderam ao chamado da pesquisa permitiu identificar que 66% dos participantes (8 deles) entendem que a carga horária atribuída à disciplina não é suficiente. A carga horária das disciplinas investigadas variava entre 12 horas/aula (5 disciplinas), 16 horas/aula (3 disciplinas), 20, 28 e 30 horas/aula as demais disciplinas.

Na ACADEPOL/SC, a hora/aula na é equivalente 60 minutos e as aulas são organizadas por turnos, ou seja, uma disciplina que tem 12 horas/aulas será ministrada em três aulas de quatro horas cada uma, aplicados nos turnos matutino, vespertino ou noturno.

Com um número de aulas que não seja suficiente, na concepção do/a professor/a, possivelmente a reflexão prática dos conteúdos abordados, no cotidiano policial, deixa de ser explorada, em função dessa limitação. De acordo com os/as participantes, a carga horária reduzida dificulta a discussão sobre temáticas mais amplas, complexas e até polêmicas, que demandam mais tempo de aula.

As considerações dos/as participantes sobre a carga horária das disciplinas ser insuficiente permite a interpretação de que a atribuição de leitura regular ou complementar sobre os assuntos abordados nessas disciplinas ficam limitadas, se não ignoradas, em função do curto espaço de tempo para as realizações das aulas.

No que tange ao questionamento sobre a percepção dos professores quanto à recepção da temática abordada pela disciplina, pelos alunos e alunas, sete dos doze professores/as apontaram

¹ Importante ressaltar que essa carga horária aplicada em 2010 já foi alterada e o último curso de formação inicial realizado na ACADEPOL/SC, em 2016, foi efetivado com carga horária total de 1.124 horas/aula para a carreira de Agentes de Polícia e 1.136 horas/aula, para a carreira de Delegados/as de Polícia.



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

a opção de resposta que indicava que alunos/as recebem a temática proposta com pré-julgamentos. O *Participante 1* mencionou que esse pré-julgamento é proveniente do “senso comum” que é partilhado socialmente e que se manifesta na linguagem utilizada pelos/as policiais em formação. Importante lembrar que as disciplinas em questão: *Fundamentos da Polícia Comunitária, Abordagem Sócio-Psicológica da violência e do crime, Relações interétnicas e sociais, Direitos Humanos, Legislação Especial* (a saber, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Maria da Penha, Estatuto do Idoso) e *Mediação de Conflitos* tratam de assuntos que requerem mais que uma formação policial voltada à aplicação da lei, mas demandam um conhecimento reflexivo sobre as questões sociais que atravessam, constantemente, a prática policial. Assim, uma consequência possível das atividades de leitura orientadas seria a desconstrução dessa noção de senso comum.

Entretanto, quando os participantes foram perguntados sobre a realização de leituras sobre a disciplina, nove dos doze participantes informaram que os alunos e alunas não realizam leituras (obrigatórias) como parte da programação da disciplina. Entre os argumentos para essa situação, a limitação de tempo, em função da carga horária reduzida, foi a mais mencionada (cinco vezes). Dois participantes mencionaram que sugerem bibliografias específicas sobre o assunto abordado nas aulas para “*aqueles [alunos/as] que por ventura gostarem da temática*”, foram palavras do *Participante 2*. Já o *Participante 3* alegou que sugerem bibliografias específicas sobre o assunto abordado para que aquele aluno/a que “*tiver interesse em obter mais conhecimento e se aprofundar no assunto possa investir por si mesmo*”. Aqui se faz necessária uma reflexão pontual, pois, percebe-se que a limitação de tempo pode estar influenciando no processo de formação dos policiais. Não há que se falar em “afinidade” ou não do/a aluno/a com as questões tratadas nas disciplinas elencadas anteriormente. A problemática, de fato, não diz respeito a interesse particular ou afinidade.

Por certo, o que importa é considerar que a função policial precisa ser pensada sob o aspecto da “*dimensão pedagógica do agir policial*” defendido por Ricardo Balestreri, na obra *Direitos Humanos: coisa de polícia* (1998). Para Balestreri, a atividade policial tem caráter interdisciplinar, especialmente pela característica de social-preventiva, o que implica dizer que



não se trata exatamente de “gostar” ou não da temática, mas de estar preparado/a para essa atuação.

A preparação policial implica, necessariamente, a aquisição de conhecimento, que pode ser mediado também pela leitura. Ainda que todos/as os/as professores/as tenham se manifestado positivamente acerca de recomendarem leituras suplementares (questão 6), o fato de não ser atividade programada para o período da disciplina pode indicar que poucos (se não raros) são os/as policiais em formação que têm acesso e/ou tomam conhecimento desses materiais extra, que complementariam as discussões já tratadas em sala de aula e seriam úteis à formação desse/a policial, conforme ficou demonstrado, pelos participantes da pesquisa, nas respostas apresentadas à questão sete (que investigava a crença sobre utilidade da leitura suplementar para a formação policial).

Considerando-se que a formação acadêmica dos/as professores que participaram da pesquisa era de oito Especialistas, um Mestrando, um Mestre e um Doutor, depreende-se que a carga de leitura desse/as policiais professores é relativamente grande e que, possivelmente, a compreensão sobre a necessidade de atribuição de leitura aos seus alunos (policiais em formação) seja algo em que eles acreditam que contribuirá para a formação do Policial Civil. Isso foi confirmado nas respostas obtidas à questão número 9, que investigava as contribuições/implicâncias da leitura para a formação policial. As respostas obtidas nessa pergunta indicaram que os/as participantes da pesquisa entendem que a atribuição de leituras pode contribuir para os seguintes aspectos: a) conhecimento aprofundado dos temas abordados (mencionado por quatro participantes); b) preparação do/a aluno/a para a prática policial (mencionado pelo Participante 10); c) qualificação do/a futuro policial (mencionado pelo Participante 8); d) ser considerada uma ferramenta para a construção do/a profissional (Participante 6); e e) possibilitar a desconstrução de preconceitos, bem como oportunizar a compreensão da multidisciplinaridade do trabalho policial (mencionado pelo Participante 5).

Apesar da compreensão do significativo papel desempenhado pela leitura no processo de formação policial, pelo fato de estarem sujeitos a uma grade curricular que organiza as disciplinas



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

que ministram, os professores e professoras ficam impedidos/as de enfatizar esse tipo de atividade (leitura), deixa implícita (ou quase explícita) uma deficiência no processo de formação.

Considerando ainda que o objetivo da pesquisa era analisar a compreensão de professores da ACADEPOL/SC sobre a atribuição de leituras específicas relacionadas às disciplinas que os/as participantes ministravam, questionou-se também acerca de sugestões que os professores teriam para desenvolver atividades de leitura durante o período da disciplina, mesmo que considerassem a carga horária pequena (temática da questão 10). Entre as respostas apontadas, pode-se observar: realização de grupos de estudo, organização de seminários, requisição de fichamentos, leitura de pequenos textos para a discussão em grupos (mencionada por 4 participantes), além da sugestão de que o material para leitura fosse oferecido aos alunos/as com antecedência das aulas, a fim de que houvesse condições de leitura prévia (também mencionada duas vezes).

Para realizar as atividades sugeridas, os/as participantes da pesquisa responderam à última questão do roteiro para coleta de dados, informando que dispunham de materiais suplementares para disponibilizar aos alunos/as do curso de formação policial, no formato de: livros (mencionado por 8 participantes), artigos (6 participantes), *sites* (4 participantes) e outros materiais (3 participantes).

No caso dos/as professores/as da ACADEPOL, essa “imposição” do seu olhar sobre o que é relevante aos alunos/as saberem, mencionada por Silva, Andrade e Euclides (2007), quando da decisão do que abordar em sala de aula, fica submetida à limitação da carga horária. Assim, a possibilidade de oferecer outras fontes de leitura sobre as temáticas abordadas em aula, no curso de formação policial, através de atividades de leitura diversas, pode ser considerada uma oportunidade para desconstruir ou interromper esta ação “autoritária” de transmissão de conhecimento, pois permite, ao policial em formação, conhecer outras fontes e julgar o saber que lhe está sendo oferecido, comparando-o a outros pontos de vista, que lhe permitam formar opinião crítica.



3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação policial pode ser entendida como um “tempo de aquisição e construção de saberes necessários” (SOUZA, 2005, p. 140) à prática policial, bem como período ideal para repensar as práticas vigentes sob diferentes pontos de vista (diferentes autores/as e sujeitos) e de “reconstruir conhecimentos apropriando-se criticamente da cultura elaborada, com base em altos padrões de qualidade e nos princípios da ética” (SOUZA, 2005, p. 140).

Para tanto, o período da formação policial deve operar também como elemento de transformação social, no que concerne à problematização da vida em sociedade, de forma que os ideais de “normalidade” sejam desconstruídos, sem contribuir com a homogeneização de corpos, culturas e discursos, conforme referido por Luis Paulo da Moita Lopes (2008).

Nesta pesquisa, buscou-se investigar a compreensão de professores/as da ACADEPOL/SC sobre a atribuição de leituras nas disciplinas do curso de formação policial civil catarinense, por se acreditar que essa “transformação social” e essa “reconstrução de conhecimentos” apropriados à formação policial passa, também, pela realização de leituras específicas e direcionadas.

A análise e discussão dos dados coletados possibilitou a constatação de que os/as professores que participaram da pesquisa entendem que a atribuição de leitura é requisito importante para a formação policial civil, uma vez que permite desconstruir conceitos equivocados, oriundos do senso comum que são trazidos pelo/a policial, recém aprovado/a em concurso público, e oferece condições de oportunizar a ampla compreensão do *ser policial*.

Apesar da compreensão dos/as professores/as sobre o papel da leitura, a realização de atividades dessa natureza fica inviabilizada em função da carga horária definida para que as disciplinas investigadas sejam ministradas, que, sob o ponto de vista dos/as participantes da pesquisa é insuficiente e não oferece condições de atividades extra sala de aula, que contribuiriam, significativamente, para a formação policial.

Da situação analisada, parece-nos imperioso que a unidade de ensino onde se dá a formação policial civil catarinense (ACADEPOL/SC) reflita sobre a atribuição da carga horária a



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

disciplinas cujas temáticas que, pelo seu viés social, não se restrinjam a conhecimentos legais ou práticos, mas também empíricos; e, por isso, podem requerer mais tempo na preparação policial, a fim de que esse/a profissional possa adquirir uma formação mais humanística, tão requerida na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

BALESTRERI, Ricardo Brisola. **Diretos Humanos: coisa de polícia**. Passo Fundo/RS: CAPEC, Paster Editora, 1998.

BRASIL. **Matriz Curricular Nacional para ações formativa dos profissionais da área de segurança pública**. Secretaria nacional de Segurança Pública, coordenação: Andréa da Silveira Passos ... [et al.]. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

JUNG, Brigitte Klemz. **Leitura e produção escrita**. Blumenau: IADE, 2010.

LOPES, Luis Paulo da Moita. Sexualidades em sala de aula: discurso, desejo e teoria queer. In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. (Org.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 125-148.

MALHEIROS DE MELLO, Luís Henrique. **Saberes e fazeres: o perfil, avanços e desafios na perspectiva dos professores da Academia da Polícia Civil de Santa Catarina**. Monografia (Especialização em Gestão da Segurança Pública) – UNISUL Virtual - Universidade do Sul de Santa Catarina, 2011.

NUNES, José Horta. **Formação do leitor brasileiro: imaginário da leitura no Brasil colonial**. São Paulo: UNICAMP, 1994.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

RAUEN, Fábio José. **Roteiros de investigação científica**. Tubarão: Editora UNISUL, 2002.

RIBEIRO, Ana Claudia; GARCIA, Daniel Xavier. **A importância da leitura para os futuros Profissionais da informação**. 2009. Disponível em: <



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

https://portais.ufg.br/up/75/o/A_importancia_da_leitura_para_os_futuros_profissionais.pdf. Acesso em 14 de Jun. 2017.

SANDRONI, L. C.; MACHADO, L. R.(orgs). **A criança e o livro**: Guia prático de estímulo à leitura. 4. ed. São Paulo: Ática, 1998.

SANTA ROSA. Caciaci Santos de. **Leitura**: uma porta aberta na formação do cidadão. 2005. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/5502435-Leitura-uma-porta-aberta-na-formacao-do-cidadao-1.html> > . Acesso em 14 de Jun. 2017.

SCLIAR-CABRAL, Leonor. **Guia prático de alfabetização**. São Paulo: Contexto, 2003.

SILVA, Carla Cristina; ANDRADE, Viviane D. A.; EUCLYDES, Denise Maria Nery. **A Importância da leitura no contexto de formação profissional**: O caso do projeto de extensão “círculo de leitura” da Faculdade de Viçosa. 2007. Disponível em: <http://correio.fdvmg.edu.br/downloads/SemanaAcademica2007/Anais_Artigos/Importancia_da_Leitura.pdf>. Acesso em 14 de Jun. 2017.

SOUZA, Valdemarina Bidone de Azevedo e. A formação policial como espaço representativo da construção de uma profissionalidade. *In*: MENDES, Jussara Maria Rosa; CONSUL, Julio Cezar Dal Paz; FRAGA Cristina Kologeski. (Orgs). **A (In)visibilidade da Segurança Pública**: risco no trabalho, formação e políticos. Porto Alegre: Santa Rita. 2005.